

Odontologia para pacientes com necessidades especiais: estruturação curricular nos cursos de Odontologia do estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Simone Helena Ferreira¹

 0000-0002-7052-7014

Saliana Grando¹

 0009-0007-4088-9835

José Ricardo Sousa Costa²

 0000-0002-2542-2053

Priscila Humbert Rodrigues³

 0000-0002-3101-8970

Pedro Antonio González Hernández¹

 0000-0002-8203-3927

Paulo Floriani Kramer³

 0000-0002-3378-3545

¹Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil.

²Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil.

³Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Correspondência:

Priscila Humbert Rodrigues

E-mail: priscilahumbert@hotmail.com

Recebido: 01 ago. 2022

Aprovado: 17 ago. 2023

Última revisão: 26 dez. 2024

Resumo Pessoas com necessidades especiais (PNE) são as que apresentam limitações, temporárias ou permanentes, e que exigem atenção diferenciada. Esses indivíduos precisam de atendimento especializado e profissionais de saúde aptos para atendê-los. Deste modo, o ensino de Odontologia para o acolhimento com resolutividade terapêutica de PNE é essencial nos cursos de Odontologia. Esse estudo tem como objetivo apresentar o panorama do ensino de "Odontologia para Pessoas com Necessidades Especiais (OPNE)" nos currículos dos cursos de Odontologia do Rio Grande do Sul (RS), Brasil. A pesquisa foi realizada por meio de uma busca na *internet* no sítio eletrônico do Ministério de Educação e Cultura e nos sítios eletrônicos dos cursos de Odontologia de cada Instituição de Ensino Superior (IES). Cada curso - público ou privado, foi avaliado quanto à presença do ensino de OPNE; estruturação curricular - obrigatória; eletiva/optativa e projeto de extensão; metodologia oferecida - teórica e/ou prática; carga horária e nomenclatura utilizada. Verificou-se que o RS tem 23 IES com curso de graduação em Odontologia e 11 (47,8%) - duas públicas e nove privadas - apresentam ensino de OPNE. Quatro apresentam-se como obrigatória; cinco como eletiva/optativa e duas como projeto de extensão. Quanto ao processo pedagógico, nove apresentam o ensino na forma teórico/prático e duas somente teórico. Não existe uma padronização quanto à nomenclatura, carga horária e período/semestre em que a mesma é ofertada. A partir dos resultados obtidos pode-se inferir que, além da necessidade de expandir o ensino de OPNE nos cursos de graduação em Odontologia no RS, é preciso estabelecer diretrizes e protocolos para a estruturação de uma base comum de ensino e aprendizagem. Conclui-se, então, que há necessidade de maior conhecimento e capacitação acadêmica favorecendo a atenção odontológica e maior inclusão de PNE.

Descriptores: Pessoas com Deficiência. Assistência Odontológica. Educação em Odontologia.

Odontología para pacientes con necesidades especiales: estructuración curricular en los cursos de odontología en el estado de Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen Las personas con necesidades especiales (PNE) son aquellas que presentan limitaciones, temporales o permanentes, y que requieren de una atención especial. Estas personas necesitan atención especializada y profesionales de la salud calificados para atenderles. Por tanto, la enseñanza de la odontología para la recepción y resolución terapéutica de la PNE es esencial en los cursos de odontología. Este estudio tiene como objetivo presentar una visión general de la enseñanza de la "Odontología para Personas con Necesidades Especiales (OPNE)" en los planes de estudio de los cursos de odontología en Rio Grande do Sul (RS), Brasil. La investigación se realizó a través de una búsqueda en internet en la página web del Ministerio de Educación y Cultura y en las páginas web de las carreras de Odontología de cada Institución de Educación Superior (IES). Cada curso - público o privado, fue evaluado respecto a la presencia de docencia OPNE; estructuración curricular - obligatoria; proyecto electivo/optional y de extensión; metodología ofrecida - teórica y/o práctica; carga de trabajo y nomenclatura utilizada. Se encontró que RS cuenta con 23 IES con cursos de grado en Odontología y 11 (47,8%) – dos públicas y nueve privadas – ofrecen enseñanza OPNE. Cuatro son obligatorias; cinco como electivos/optionales y dos como proyectos de extensión. Respecto al proceso pedagógico, nueve presentan la enseñanza en forma teórico-práctica y dos sólo teórica. No existe una estandarización en cuanto a la nomenclatura, carga horaria y



periodo/semestre en que se ofrece. De los resultados obtenidos, se puede inferir que, además de la necesidad de ampliar la enseñanza de OPNE en los cursos de pregrado en Odontología en RS, es necesario establecer directrices y protocolos para estructurar una base común de enseñanza y aprendizaje. Se concluye entonces que existe necesidad de mayor conocimiento y formación académica para favorecer la atención odontológica y una mayor inclusión de la PNE.

Descriptores: Personas con Discapacidad. Atención Odontológica. Educación en Odontología.

Dentistry for patients with special needs: curriculum structuring in dental courses in the state of Rio Grande do Sul, Brazil

Abstract Persons with special needs are those with temporary or permanent limitations that require specialized care and healthcare providers who are able to assist them. Teaching dentistry to accommodate persons with special needs with therapeutic resoluteness is essential in dental courses. The aim of the present study was to describe the teaching of Dentistry for Persons with Special Needs (DPSN) in the curricula of dental courses in the state of Rio Grande do Sul, Brazil. The study was carried out through a search of the website of the Ministry of Education and Culture as well as the websites of the dental courses of higher education institutions. Each course - public and private - was analyzed in terms of the presence of DPSN teaching; curriculum structure – compulsory, elective/optional, and extension project; method offered - theoretical and/or practical; workload; and nomenclature employed. The state of Rio Grande do Sul has 23 higher education institutions with undergraduate courses in dentistry and 11 - two public and nine private - (47.8%) offer the teaching of DPSN. Four are mandatory, five are elective/optional, and two are extension projects. With regards to the teaching process, nine of the courses are theoretical/practical and two are only theoretical. There is no standardization in terms of nomenclature, workload, or the period/semester in which DPSN is offered. The present results enable the inference that, in addition to the need to expand the teaching of DPSN in undergraduate dental courses in the state, it is necessary to establish guidelines and protocols for structuring a common teaching and learning basis. It can therefore be concluded that there is a need for greater knowledge and academic training, favoring dental care and greater inclusion for persons with special needs.

Descriptors: Disabled Persons. Dental Care. Education, Dental.

INTRODUÇÃO

A Legislação brasileira para inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) é um conjunto de normas destinadas a garantir e promover os direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência a fim de alcançar a sua inclusão social e cidadania. Os órgãos públicos, entidades privadas e prestadores de serviços de atendimento ao público estão obrigados a dispensar à pessoa com deficiência atendimento prioritário por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato¹.

Mais de um bilhão de pessoas, cerca de 15% da população mundial, tem alguma forma de deficiência e, devido ao aumento da expectativa de vida e envelhecimento da população, as taxas de deficiência continuam subindo globalmente². No Brasil, cerca de 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade possuem algum tipo de deficiência³. Pessoas com deficiência (PcD) são aquelas que apresentam restrições de natureza física, intelectual ou sensorial que impossibilitam sua participação integral e permanente na sociedade^{4,5}. Entretanto, nem toda pessoa com deficiência necessita ser atendida por um especialista em OPNE. Por isso a designação adotada pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO) para a especialidade que atende PcD é “Odontología para Pacientes com Necessidades Especiales”. A justificativa é que o termo “pessoa com necessidades especiais” abrange um público maior envolvendo pessoas com alterações sistêmicas, gestantes, obesos. A OPNE, por sua vez, leva em consideração limitações temporárias ou permanentes, de ordem intelectual, física, sensorial, emocional e de crescimento ou médica (diabetes,

hipertensão) que a impeçam de ser submetida a uma situação odontológica convencional⁶.

O tratamento odontológico de PCD envolve a compreensão de dificuldades específicas - motoras, de comunicação e de limitações físicas, dentre outras. Além disso, dificuldades inespecíficas como falta de profissionais habilitados, barreiras arquitetônicas e superproteção/rejeição do indivíduo com deficiência também interferem no tratamento⁶.

PCD são mais vulneráveis para doenças bucais e apresentam maior prevalência de cárie, doença periodontal e traumatismo dentário. Com relação à prevalência de cárie em PCD não existe diferença entre os sexos. Além disso, cerca de 80% não recebem assistência e tratamento odontológicos de rotina⁷⁻⁹. Profissionais de saúde com competências não consolidadas em OPNE fazem com que PCD tenha maior probabilidade de ter acesso negado e falta de acolhimento quando comparados com a população em geral¹⁰. Neste sentido, observa-se que as dificuldades associadas ao tratamento odontológico para PCD iniciam-se pela ausência de conhecimento sobre OPNE na formação dos cirurgiões dentistas nos cursos de odontologia do Brasil¹¹.

Neste sentido, no mês de junho de 2021, o Ministério de Educação apresentou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) dos cursos de graduação em Odontologia determinando o atendimento odontológico clínico/ambulatorial do indivíduo com necessidades especiais como conteúdo curricular¹². O futuro profissional do acadêmico em odontologia depende de sua formação e é de extrema importância que os alunos tenham contato com pacientes com necessidades especiais ainda na graduação para amenizar a insegurança destes atendimentos depois de formado¹³.

A partir do exposto, o objetivo deste estudo foi apresentar o panorama do ensino de "Odontologia para pessoas com necessidades especiais" (OPNE) nos currículos dos cursos de odontologia do estado do Rio Grande do Sul.

MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo exploratório e descritivo com abordagem quantitativa. Foram consultados o sítio eletrônico do Ministério da Educação (MEC), o e-MEC (www.emec.mec.gov.br) e os sítios eletrônicos oficiais das Instituições de Ensino Superior (IES) do RS. Os projetos pedagógicos dos 23 cursos de Odontologia foram avaliados na íntegra, conforme disponibilizado no sítio eletrônico de cada IES. Os dados foram coletados por dois pesquisadores de forma independente e, em caso de divergências, um terceiro pesquisador era consultado para estabelecimento de um consenso. A partir da análise dos documentos obtidos identificou-se o número de cursos de odontologia no mês de agosto de 2020 no estado do RS, assim como sua classificação em público ou privado e se existia a oferta de ensino de OPNE. A seguir, os cursos onde foram identificados o ensino de OPNE, foram classificados de acordo com a estruturação curricular (obrigatório, eletiva/optativa ou extensão universitária); processo pedagógico (teóricas, práticas ou teórico-práticas); carga horária total; semestre oferecido e nomenclatura. Os dados foram tabulados e analisados por meio de estatística descritiva. Pelo fato de não haver envolvimento com seres humanos e pelo material ser considerado de domínio público foi dispensada sua apreciação por Comitê de Ética.

RESULTADOS

Todas as IES com curso de graduação em Odontologia do RS são cadastradas no sítio eletrônico do MEC. O Rio Grande do Sul possui 23 cursos, sendo três públicos e 20 privados. O ensino de OPNE, por sua vez, é oferecido em 11 cursos de Odontologia (48%), sendo duas IES públicas e nove privadas. Com relação a estruturação curricular do ensino de OPNE, identificou-se, nos nove cursos privados, quatro disciplinas obrigatórias, três eletiva/optativa e duas como extensão universitária; enquanto nos dois cursos públicos a estruturação do ensino ocorre de forma de eletiva/optativa. Quanto ao processo pedagógico, nove instituições apresentaram atividades teórico/práticas, sendo duas públicas e sete privadas; e duas instituições privadas apresentaram somente ensino teórico (Tabela 1).

Os resultados também evidenciaram grande variabilidade quanto da nomenclatura utilizada, embora o termo "necessidade(s) especial(ais)" esteja incluído na maioria das instituições (55%). Observou-se também que a carga horária total foi diversificada, variando de 30 a 80 horas, com uma média de 54 horas. Com relação ao semestre em que o ensino é oferecido, verificou-se que ocorre entre o quinto e o décimo semestre. Deste modo, fica evidente que não existe uma padronização quanto a nomenclatura, estruturação curricular, carga horária e semestre do curso em que é

ofertado OPNE (Tabela 1).

Tabela 1. Estruturação curricular do ensino de OPNE nos Cursos de Odontologia do estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

IES	Estruturação Curricular	Processo Pedagógico	Nomenclatura	Carga Horária (Horas)	Semestre
Pública	Eletiva	Teórico/Prático	Atendimento Odontológico do Paciente com Necessidades Especiais	60	7º
Pública	Optativa	Teórico/Prático	Atenção Integral ao Paciente com Necessidade Especial	72	5º
Privada	Obrigatória	Teórico/Prático	Odontologia para Pacientes Especiais	40	8º
Privada	Obrigatória	Teórico/Prático	Estágio em Clínica de Bebê e Pacientes Infantis com Necessidades Especiais	60	9º
Privada	Obrigatória	Teórico	Odontologia em Saúde Coletiva para Pacientes com Necessidades Especiais e Geriátrica	36	8º
Privada	Obrigatória	Teórico/Prático	Estágio em Clínica Integrada de Pacientes com Necessidades Especiais	60	10º
Privada	Eletiva	Teórico/Prático	Tratamento de Pacientes Especiais	80	8º
Privada	Eletiva	Teórico/Prático	Tratamento de Pacientes Especiais	80	8º
Privada	Eletiva	Teórico	Pacientes Especiais	30	10º
Privada	Projeto de Extensão	Teórico/Prático	Conquistando Saúde: Atendimento Odontológico de Pessoas com Deficiência	40	8º
Privada	Projeto de Extensão	Teórico/Prático	Atendimento Odontológico ao Paciente Portador de Necessidades Especiais	40	8º

DISCUSSÃO

Em torno de um bilhão de pessoas no mundo e cerca de 45 milhões no Brasil possuem algum tipo de deficiência e necessitam de atenção médica e odontológica de profissionais capacitados para sua assistência¹⁴. De acordo com as DCN dos cursos de graduação em Odontologia, o cirurgião-dentista deve ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, pautada em princípios éticos, legais e na compreensão da realidade socioeconômica e cultural do seu meio¹². Neste sentido, é essencial que a sua formação o qualifique a lidar com a diversidade de forma técnica e humana.

Desta forma, é evidente e necessário que o cirurgião dentista tenha conhecimento e habilidades para atender as necessidades dos pacientes, independentemente de suas particularidades¹⁵. Nesta ótica, e de acordo com Bonato *et al.* (2013)¹⁶, a formação do cirurgião dentista deve contemplar a assistência odontológica de OPNE. Entretanto, os autores descrevem que o número de cursos que abordam o conteúdo é muito inferior à necessidade da demanda do país. Andrade *et al.* (2022)¹⁷ também descrevem que as estruturas curriculares dos cursos de Odontologia da região Nordeste carecem da presença do componente curricular OPNE, e isso pode impactar diretamente na formação do CD generalista. Conceição *et al.*, 2021¹⁸ descrevem que a inexperiência do graduando no manejo de PNE gera lacunas na formação e pode contribuir para a barreira de acesso desses indivíduos aos serviços de saúde bucal.

No estado do RS menos da metade das IES disponibilizam o ensino de OPNE; e somente um terço o fazem de maneira obrigatória. Disciplinas eletivas/optativas são aquelas escolhidas pelo acadêmico, embora a optativa envolva a complementação dos créditos exigidos e a eletiva seja aquela que não faz parte do perfil curricular do curso. No RS essas disciplinas representam o modelo proposto por aproximadamente metade das IES. Existe ainda o ensino ofertado como extensão universitária, onde é necessário o interesse do aluno nas ações de interação entre a universidade e a sociedade; sendo o modelo proposto por duas IES. Os resultados deixam claro que a maioria das IES no RS que disponibilizam o ensino de OPNE (63%) deixa a critério do aluno a escolha de receber ou não a formação de OPNE.

Estudo realizado para avaliar o ensino de OPNE nos currículos de odontologia das IES do Nordeste do Brasil observaram que 44% apresentavam o componente de OPNE e, desta parcela, 91% eram oferecidos como disciplina obrigatória¹⁹. Penha et al. (2018)²⁰, por sua vez, avaliando o componente curricular de OPNE no estado da Paraíba identificaram que, dos nove cursos de Odontologia do estado, seis ofereciam o conteúdo; e em todos a disciplina é disponibilizada na forma obrigatória. No Rio Grande do Norte, Faria et al. (2021)²¹ avaliaram os dez cursos de odontologia do estado, cinco deles ofertavam a disciplina e apenas um em modo optativo.

Processos pedagógicos que integram teoria e prática possibilitam ao discente ampliar conhecimentos e habilidades na intenção da formação de um profissional mais qualificado, eficiente e humanizado^{14,22}. Nesse sentido, Bonato et al., 2013¹⁶ descrevem a importância da experiência clínica na formação do graduando em Odontologia na assistência ao PNE. Os resultados do presente estudo vão ao encontro desta perspectiva, visto que mais de 80% dos cursos no RS que disponibilizam OPNE o fazem de forma teórica e prática. Por outro lado, o estudo também evidencia diferenças importantes na carga horária total disponibilizada e no período do curso em que é disponibilizada. Isso caracteriza a dificuldade de gestores e docentes de identificar as possibilidades e características do processo de ensino e aprendizagem envolvidos na OPNE.

Com relação a nomenclatura utilizada para caracterizar o ensino de OPNE observou-se muitas diferenças, embora o termo “necessidades especiais” seja recorrente. Penha et al. (2018)²⁰ e Faria et al (2021)²¹ quando analisaram os nomes das disciplinas também encontraram grande variabilidade. Outro estudo que avaliou as disciplinas de OPNE no Brasil também evidenciou que a nomenclatura mais empregada era “Pacientes Especiais” seguida de “Odontologia para pacientes especiais”²³. Os resultados do presente estudo no RS vêm ao encontro da designação adotada pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO/2002) para esta especialidade: “Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais”.

Considerando-se que grande parte dos profissionais não está preparada para o atendimento odontológico de PcD e que estes pacientes apresentam dificuldades de encontrar serviços odontológicos apropriados, acredita-se que reformas curriculares permanentes sejam importantes para a qualificação profissional na atenção à saúde bucal de PcD^{11,14,24}.

As IES têm garantido por lei a autonomia didática e podem estabelecer a programação curricular de cada curso. O Conselho Nacional de Educação (CNE), por sua vez, determina os conteúdos essenciais a serem abordados durante a graduação; e a OPNE foi negligenciada por muito tempo, cabendo à instituição a opção de oferecer ou não em sua estrutura curricular. Por outro lado, com o reconhecimento da OPNE como especialidade pelo CFO, observou-se um aumento da oferta de diferentes modalidades de ensino de OPNE nos cursos de graduação^{14,22}. Em junho de 2021 foi publicada a reformulação das DCN dos cursos de Odontologia no Brasil. O capítulo que aborda a estrutura e os conteúdos curriculares tornou obrigatória a disciplina de OPNE de forma teórica e prática nas IES. As instituições tiveram um prazo de dois anos para se adequar ao novo formato¹¹.

O presente estudo tem limitações com relação a disponibilização completa de informações oficiais pelas IES, às quais deveriam ser de amplo acesso a todas as pessoas. Além disso, atraso na divulgação de dados, mudanças de matrizes curriculares e sites desatualizados devem ser considerados como possíveis vieses. Por outro lado, a inclusão de todas as matrizes curriculares dos cursos de graduação do estado e uma cuidadosa coleta de informações é uma das forças do estudo.

Profissionais preparados para prestar o acolhimento de PcD são os principais facilitadores de acesso aos serviços odontológicos e devem promover ações para melhorar a atenção à saúde das pessoas com deficiência^{25,26}. Diante disso impõe-se a necessidade de preparação de docentes para o ensino de OPNE.

CONCLUSÃO

Ainda que os Direitos das Pessoas com Deficiência e a nova DCN (21/06/2021) tornem obrigatória a inclusão do ensino de OPNE, os resultados obtidos identificaram que menos da metade das IES de odontologia no estado do RS não apresentam em sua matriz curricular o ensino de OPNE. Quando presente, é facultativo ao aluno na maioria das IES. É importante também destacar que existem barreiras no processo do ensino de OPNE que incluem a gestão e recursos humanos para a caracterização e composição das competências e habilidades para o atendimento odontológico de PcD.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Lei N. 13146/2015 [Internet]. Diário Oficial da União. Seção 1. 07/07/2015. Brasília: Governo Federal; 2015. p. 2 Acesso em: 14 de julho de 2022. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
2. FDI World Dental Federation. FDI/IADH Policy statement on Oral health and dental care of people with disabilities. Int Dent J [Internet]. 2017;67(1):16–17. doi: <https://doi.org/10.1111/idj.12313>
3. Pesquisa nacional de saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento [Internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2021 [citado em 14 de julho de 2022]. doi: <https://doi.org/10.22239/2317-269x.01765>
4. Silva LCP, Lobão DS. Manejo de pacientes com necessidades especiais nos cuidados de saúde. In Massara MLA, Rédua PC. Manual referência para procedimentos clínicos em odontopediatria. São Paulo: Santos; 2010. p. 263–72. doi: <https://doi.org/10.11606/t.23.2010.tde-01042011-120704>
5. Resende AC, Vital FMP (Orgs). A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência comentada [Internet]. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 2008 [citado em 14 de julho de 2022]. doi: <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0197/2016.v2i2.1392>
6. Caldas Junior AF, Machiavelli JL. Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência: introdução ao estudo [Internet]. Recife: Editora da Universitária da UFPE; 2013. p. 1-67. doi: <https://doi.org/10.47749/t/unicamp.2017.981993>
7. Nunes R, Simões PW, Pires PDS, Rosso MLP. Prevalência de alterações bucais em pessoas com deficiência na clínica da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Rev Odontol Univ Cid São Paulo [Internet]. 2017;29(2):118–128. doi: https://doi.org/10.26843/ro_unicid.v29i2.270
8. Salama FS, Al-Balkhi BK. Effectiveness of Educational Intervention of Oral Health for Special Needs on Knowledge of Dental Students in Saudi Arabia. Disabil Health J [Internet]. 2020;13(1):100789. doi: <https://doi.org/10.1016/j.dhjo.2019.03.005>
9. Pecci-Lloret MR, Pecci-Lloret MP, Rodríguez-Lozano FJ. Special Care Patients and Caries Prevalence in Permanent Dentition: A Systematic Review. Int J Environ Res Public Health [Internet]. 2022;19(22):15194. doi: <https://doi.org/10.3390/ijerph192215194>
10. Waldman HB, Wong A, Perlman SP. Comprehending the number of individuals with disabilities and the need for oral health services. J Clin Pediatr Dent [Internet]. 2017;41(2):83–86. doi: <https://doi.org/10.17796/1053-4628-41.2.83>
11. Haddad AS, Tagle EL, Passos VAB. Momento atual da Odontologia para pessoas com deficiência na América Latina: situação do Chile e Brasil. Rev Assoc Paul Cir Dent [Internet]. 2016;70(2):132-140. Disponível em: https://revodontobvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-52762016000200006
12. Brasil. Ministério de Educação. Resolução nº 3, de 21 de junho de 2021. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia e dá outras providências [Internet]. Diário Oficial da União, edição 115, Seção 1, p. 77 [citado em 25 de julho de 2022. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file>
13. Silva TD, Santaella NG, Caminha RDG, Santos PSS. Percepção de estudantes de graduação sobre a importância da disciplina Odontologia para pacientes com necessidades especiais. Rev ABENO [Internet]. 2020;20(1):26–32. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v20i1.907>
14. Mafi A, Moretto C, Teixeira MFN, Saldanha OMFL, Rados ARV. A interdisciplinaridade e seus reflexos na formação

- do cirurgião-dentista. Rev ABENO [Internet]. 2017;17(1):62-73. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v17i1.300>
15. Takemoto M, Werlang F, Zeni E. O legado das Diretrizes Curriculares Nacionais no ensino odontológico. Rev Cient Tecn [Internet]. 2015;2(1):393-401. Disponível em: <https://uceff.edu.br/revista/index.php/revista/article/view/44>
16. Bonato LL, Lopes MAS, Silva CM, Itner RG, Silva ACH. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. ClipeOdonto [Internet]. 2013;5(1):10-5. doi: <https://doi.org/10.11606/d.23.2006.tde-08052006-104405>
17. Andrade RVS, Santos SQM, Roncalli AG, Galvão MH. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais: uma análise das estruturas curriculares dos cursos de Odontologia da região Nordeste. Rev ABENO [Internet]. 2022;22(2):1533. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v22o2.1533>
18. Conceição ABS, Santos IT, Silva AM, Prado JRR, Mendes RF. Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais no ensino de graduação: percepção de discentes e docentes em uma instituição do Piauí e um panorama brasileiro. Rev ABENO [Internet]. 2021;21(1):1608. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v21i1.1608>
19. Martins SMS, Andrade CES, Andrade GTS, Agripino GG, Silva NB, Cardoso AMR. Abordagem da Disciplina de PNE nos Currículos de Odontologia das Instituições de Ensino Superior do Nordeste do Brasil. RevICO [Internet]. 2018;16(3):37-45. doi: <https://doi.org/10.4034/revico.2018.16.3.4>
20. Penha ES, Tenório DA, Fonseca FRA, Guênes MT, Montagna E. Caracterização do componente curricular Odontologia para Pacientes com Necessidades Especiais nos cursos de Odontologia do estado da Paraíba. Rev ABENO [Internet]. 2018;18(2):13-19. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v18i2.423>
21. Faria MHD, Pereira FJP, Lima IPC. Análise do componente curricular "Pacientes com Necessidades Especiais" nos cursos de Odontologia do estado do Rio Grande do Norte. Rev ABENO [Internet]. 2021;21(1):1311. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v21i1.1311>
22. Pinheiro FMC, Nóbrega-Therrien SM, Almeida MEL, Almeida MI. A formação do cirurgião dentista e a promoção de saúde no PSF. Rev Odontol UNESP [Internet]. 2008;37(1):69-77. Disponível em: <https://revodontolunesp.com.br/article/588018427f8c9d0a098b4b3d>
23. Fassina AP. Analysis of Disciplines Concerning Handicapped Patients at Brazilian Colleges in 2005 [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Odontologia da USP; 2005. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/23/23148/tde-08052006-104405/publico/AnaPaulaFassina.pdf>
24. Ferreira SH, Suita RA, Rodrigues PH, Kramer PF. Percepção de estudantes de graduação em Odontologia frente ao atendimento de pessoas com deficiência. Rev ABENO [Internet]. 2017;17(1):87-96. doi: <https://doi.org/10.30979/rev.abeno.v17i1.367>
25. Condessa AM, Giordani JMA, Neves M, Hugo FN, Hilgert JB. Barreiras e facilitadores à comunicação no atendimento de pessoas com deficiência sensorial na atenção primária à saúde: estudo multinível. Rev Bras Epidemiol [Internet]. 2020;23:1-14. doi: <https://doi.org/10.1590/1980-549720200074>
26. Yeaton S, Moorthy A, Rice J, Coghlan D, Dwyer LO, et. al. Special care dentistry: how prepared are we? Eur J Dent Educ [Internet]. 2016;20: 9-13. doi: <https://doi.org/10.1111/eje.12127>

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Financiamento: Próprio.

Contribuição dos Autores: Concepção e planejamento do estudo: SHF, SG, PFK. Coleta, análise e interpretação dos dados: SHF, SG, PFK. Elaboração ou revisão do manuscrito: SHF, SG, PFK, JRSC, PHR, PAGH. Aprovação da versão final: SHF, SG, PFK, JRSC, PHR, PAGH. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo: SHF, SG, PFK, JRSC, PHR, PAGH.